

Projeto Reescritas de decisões judiciais em perspectivas feministas

Sínteses de Reescritas Estrangeiras

Elaboração: Sabrina Galvonas Leon¹

Livro: Australian Feminist Judgments: righting and rewriting Law (Heather Douglas, Francesca Bartlett, Trish Luker and Rosemary Hunter)

Caso *R v Pearson; Ex parte Sipka*: Feminism and the Franchise

Tema: Direito Constitucional

1. Sobre o caso

O caso *R v Pearson; Ex parte Sipka* transitou no Tribunal Superior australiano em 1983 e teve como ponto de partida uma suposta violação ao direito de voto na eleição federal realizada neste mesmo ano. Em um breve panorama do sistema eleitoral australiano, observa-se que estão aptos para votar nas eleições federais os cidadãos adultos com nome previamente registrado na lista de eleitores da respectiva votação, devendo este último registro ser feito antes da expedição da ordem judicial que convoca novas eleições. Além disso, quando expirado o mandato de alguma das casas do Parlamento, há um prazo de dez dias para que novas eleições sejam convocadas.

Ocorre que, em 1983, novas eleições foram convocadas apenas um dia depois da expiração do mandato em exercício, o que fez com que inúmeros eleitores em potencial não conseguissem registrar seus nomes na lista a tempo - dentre eles, os quatro proponentes do caso em questão, J. Sipka, M. Chapman, S. Walters e R. Kleppich. Apesar disso, eles ainda poderiam se registrar nas listas eleitorais de seus respectivos Estados - relativas às eleições estaduais -, o que nos leva ao ponto central do caso que seria a interpretação controversa da seção 41 da Constituição australiana:

“No adult person who has or acquires a right to vote at elections for the more numerous House of the Parliament of a State shall, while the right continues, be prevented by any law of the Commonwealth from voting at elections for either House of the Parliament of the Commonwealth.”²

¹ Graduanda em Direito pela Faculdade de Direito da USP (FD-USP) e estagiária do projeto “Reescrevendo Decisões Judiciais em Perspectivas Feministas”, coordenado pela Professora Fabiana Severi da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP (FDRP-USP).

² “Nenhum adulto que tenha ou adquira o direito de votar nas eleições estaduais deve, enquanto seu direito perdurar, ser impedido por qualquer lei da Nação de votar tanto nas eleições estaduais quanto federais.” (tradução livre).

Uma interpretação expandida desta seção levaria ao entendimento de que, ainda que não registrados na lista da eleição federal, os cidadãos adultos registrados nas listas estaduais poderiam votar na esfera federal. Todavia, não foi essa a compreensão majoritária do Tribunal Superior ao julgar o caso, o qual considerou a seção 41 como letra morta da lei.

2. A decisão original

Para compreender os argumentos da decisão original e da reescrita proposta por Rubenstein, deve-se conhecer a história por trás da seção 41. Em 1901, a primeira Constituição australiana foi publicada, marcando a unificação das seis colônias britânicas sob um único Estado soberano. Evidentemente, tal unificação não veio desprovida de compromissos por parte de cada colônia, sendo um deles referente ao voto feminino. Na Austrália do Sul, as mulheres conquistaram o sufrágio universal em 1895 e, durante os debates acerca da unificação, pressionaram seus representantes para que o voto feminino fosse mantido como condição para o ingresso na Federação. Tal movimento resultou na elaboração da seção 41, a qual veio como forma de garantir não apenas que as mulheres da Austrália do Sul mantivessem seu direito de voto no modelo federal, mas também para impulsionar um sistema eleitoral mais justo e democrático para todos.

Apesar disso, ao julgar o caso em questão, a maioria do Tribunal Superior entendeu que a seção 41 só teve efeitos práticos até 1902, quando houve a uniformização do sufrágio em todos os estados da Federação. Dada essa uniformidade, não haveria mais sentido em aplicar uma seção que era destinada a tratar das diferenças do direito ao voto entre os estados. Em resumo, foi aplicada uma interpretação restritiva desta seção, ainda que a análise histórica de sua elaboração aponte para objetivos políticos mais expansivos.

Nessa linha, a decisão original manteve a inaptidão dos proponentes para votar na eleição federal daquele ano.

3. Características da reescrita

Em sua reescrita, Rubenstein enfatiza o envolvimento das mulheres no processo histórico de elaboração da Constituição australiana, além das posições exercidas por figuras centrais nas colônias para o avanço da igualdade de gênero e do fortalecimento da democracia representativa na política. Essa abordagem dá voz às mulheres da época, mostrando quais eram suas lutas e objetivos ao exigir a garantia trazida pela seção 41. A importância dessa perspectiva vai além do movimento de trazer aspectos históricos ignorados na decisão original, mas mostra-se relevante na interpretação do caso em questão na medida em que revela a essência da seção 41: resguardar o direito de voto e, ainda, dar espaço para avanços e conquistas que possam vir a expandir o leque de cidadãos aptos a votar (bem como aconteceu com as demais colônias que, após 1895, seguiram os passos da Austrália do Sul e adotaram o sufrágio universal).

Segundo a autora, a diferença entre sua releitura do caso e o posicionamento do Tribunal Superior reside essencialmente na questão: a elaboração da seção 41 foi destinada apenas para proteção dos direitos das mulheres na Federação, ou teria sido um compromisso maior com um sistema eleitoral cada vez mais justo? Para Rubenstein, a resposta reside na segunda hipótese. Dessa forma, em conjunto com o inesperado fechamento da lista de eleitores apenas um dia depois da expiração do mandato em exercício, os proponentes do caso estariam protegidos pela Constituição a votarem nas eleições federais, ainda que seus registros tenham sido realizados nas listas estaduais.

4. Resultados

A decisão do caso *R v Pearson; Ex parte Sipka*, apesar de criticada por muitos acadêmicos, não teve grandes repercussões políticas. Na época, a decisão proferida pelo Tribunal Superior chegou a ser comentada pela mídia, mas a atenção do público estava voltada para outras questões. Além disso, em 1988 houve uma proposta para substituição da seção 41 da Constituição por outra que fosse mais explícita e incisiva quanto ao direito de voto; todavia, ela foi derrubada.